ANO II — Lisboa—Quinta-feira, 10 de Outubro, de 1918 — N.º 489

# a Monarquia

Diario Integralista da Tarde

ENDEREÇO TELEGRAFICO: — «MONARQUIA»—LISBOA

Director
Conde de Monsaraz

Redactor principal
Antonio Sardinha

Propriedade da Sociedade Integralista Editora, Limitada

Escritorios e tipografia
R. de S. Paulo, 20

Impressão — Rua da Atalaia, 134

Editor — João M. Santos

Telefone: C. 1035

## Os vicios da republica nova

II

Este critério fundamental de reduzir o problema economico ao problema das subsistencias—este principio bem republicano da soberania do consumidor que é a tradução economica da soberania politica do cidadão—inutilisou toda a acção e boa vontade do governo nas questões economicas.

Como tratar a serio do fomento agrario se o estadismo das subsistencias estabelecia um regimen comercial que desanimava a produção?

Existe um ministerio de agricultura; o seu titular é um lavrador competentissimo, dotado de toda a cultura geral e tecnica e de todas as qualidades de energia, inteligencia e caracter, tendo todo o apoio da classe agricola.

Pois com todos estes elementos tem-se operado nestes já longos meses aquela gigantesca e integral acção de fomento, que a nossa falencia iminente nos impõe sem remissão?

Não, de modo algum. Os alqueires de 1918 não aumentaram, pouco aumentarão certamente as sementeiras, os adubos fornecidos á agricultura nacional na presente campanha são em menor quantidade que a normal, os bois de trabalho continuam a sair para Hespanha, a questão da mão de obra agrava-se com a iminencia de novos fornecimentos de pessoal aos paizes estrangeiros e com a saida clandestina de trabalhadores para Hespanha e a *sabotage* sistematica do trabalhador rural em certas regiões, como o Ribatejo, com quasi metade da semana perdida com segundas feiras, sabados e fumaças á hespanhola. Estes, entre outros sintomus, mostram que falta a acção do fomento agrario de que a nossa agonia instantemente carece. Não podendo esta deficiencia governativa atribuir-se á incompetencia do ilustre titular da pasta da agricultura, nem á inercia da classe agricola, ela só pode atribuir-se ao republicanismo da situação, com as consequencias já indicadas da inepcia na politica das subsistencias, da influencia perturbadora da agitação politica constante, do caracter subalterno da pasta da agricultura em relação ás outras pastas. Embora tenha sido notavel a acção deste ministerio, na creação modelar de uma *organisação que em periodo normal bastaria a satisfazer as necessidades agrarias, e na luta indefessa contra as influencias* jacobinas que desejariam destruir totalmente a nossa lavoura, ela não tem correspondido ao que devia ser como acção de fomento imediato, como urgente mobilisação das nossas energias para a obra da nossa salvação. E não o tem sido, não pela responsabilidade do seu titular, ou pela responsabilidade da classe agricola mas sómente porque o republicanismo da situação lhes faltava com aquela absoluta disciplina, aquele nacionalismo soberano, aquele audacioso bom senso, que essa obra requererá e creio só possiveis na Monarquia.

A politica economica do governo manifesta-se na historia edificante do Conselho Economico Nacional. Concepção feliz, a instabilidade republicana da situação não permitiu que se executasse em termos habeis.

Foi exageradamente compreendida a função deste concelho: ele não deveria fazer as leis, determinar as orientações governativas, função que competiria antes a um conselho legislativo do chefe do Estado, especie de gabinete particular que, livre das agitações da politica e da burocracia traduzisse em formulas adaptadas ás varias especialidades da governação o pensamento nacionalista do chefe do Estado (tem sido a falta deste orgão necessario, embora não oficial do Estado, que junto ao caracter republicanisante da situação, a tem prevertido e corrompido).

Embora não devesse fazer leis, o Conselho economico deveria ser consultado sobre todas as que se fizessem. Evitar-se-ião assim precipitações como a compra de 53.500 acções, os defeitos da lei sobre os lucros da guerra etc. e cada vez se conseguiriam identificar mais as forças vivas com a situação.

A politica financeira, mesmo não atendendo a estes ultimos factos, que afinal não são os mais graves, tem sido detestavel e republicana. A circulação fiduciaria continua a sua marcha ascencional, cuja mais vertiginosa velocidade data, como se sabe, da proclamação da Republica; a politica bancaria tem sido nula ou insuficiente e o Estado nada faz de positivo no sentido de intervir na desenfreada especulação e na acção dos *trusts* financeiros que viciam profundamente a nossa praça.

Os novos ricos continuam a prosperar á custa da expropriação da velha riqueza nacional, faltando á Terra e á Nação a quem de direito pertenciam os capitais que vão para as Companhias de Seguros, para problematicas Empresas coloniais, para destinos de tão desenfreiada especulação que atingem as proporções de um grande latrocinio.

Pois não está isto tudo de acordo com os dictames da liberdade republicana, com a harmonia admiravel das leis economicas, com a tendencia plutocratica dos regimens democraticos?

Como situação bem republicana, está esta condenada a oscilar entre o poderio da plutocracia arrogante e as imposições demagogicas da U. O. N., sem que a uns e outros possa responder com a afirmação terminante, categorica do seu proprio poder, identificado com o interesse nacional.

Finalmente o problema religioso, que no seu alto objectivo marca em traços definitivos a orientação de qualquer governo, dá deste uma ideia pouco nobre na maneira duvidosa e timida como por ele foi tratado. Num paiz tão fundamentalmente religioso, em que a opinião anti-clerical é uma coisa tão minima e quasi fantastica, não se compreende toda esta lentidão e demora no chamamento das congregações expulsas, no restabelecimento do ensino religioso, na organisação de missões ultramarinas, na restituição de subsidios para o culto catolico.

Situação republicanizante, ela tem de ser necessariamente, embora nem dê por isso alcandida boa vontade dos seus mais altos representantes, ela tem de ser necessaria e logicamente, maçonizante, se não por actos, pelo menos, por omissões.

* * *

Não póde deixar de ser severo o juizo atraz expresso sobre este ano de Dezembrismo, em que muito tempo se desperdiçou em relação á urgencia de nos salvarmos.

Agonisante a Patria como *continua*, e cada vez mais perto do desfecho mortal, que devemos concluir destas conclusões como normas da nossa conducta nesta hora tragica em que se impõe salvar pelo menos não só a nossa honra de patriotas, mas sobretudo a Patria na efecividade de uma energia certa de si e da sua fecundidade?

Será preferivel o Democratismo?

Impõe-se o imediato estabelecimento da Monarquia?

Ao Democratismo devemos sempre a justiça de um conceito, em que nunca deixe de verberar-se o caracter de alto banditismo da sua politica, a criminosa raiva com que satanicamente atacavam e minavam e destruiam os veneraveis interesses e a honra do paiz, e que certamente lhes torna preferivel esta Republica Nova, igualmente impotente para construir, mas menos poderosa para destruir.

Por outro lado e pelas razões já expostas, não parece ainda viavel neste momento uma Monarquia monarquica, isto é, integralista.

Uma unica solução resta, como a melhor solução nacional do momento presente, como o caminho que a misericordiosa Providencia está ofertando á fatal *apatia das nossas vontades*: é a Regencia Nacional.

*E' preciso* que o Chefe do Estado, voltando á Rotunda, se isso fôr necessario, proclame o regimen que está na logica do momento historico, o Regimen da Soberania absoluta do interesse nacional, em nome da Patria em perigo.

O governo que saisse desse golpe de Estado deveria ter todos os caracteres de um governo militar, desde as pessôas dos titulares das varias pastas, até ás baionetas em que se apoiasse, não esquecendo a energia perfeita do seu programa.

Esta solução de um governo nacional militar, seria mil vezes preferivel a essa concepção corrente de um governo nacional com representantes dos partidos, em que afinal ficariam os partidos representados, mas não a Nação.

O programa desse novo regimen seria em sintese: a salvação, a restauração do Pais na guerra e pela guerra.

Analiticamente, onde encontrariamos a solução ao problema da ordem pelo estabelecimento de um sistema civilizado de sanção com a pena de morte e a censura punindo os desordeiros como traidores á Nação, do problema nacional por uma mais intensa politica de intervenção adentro dos nossos recursos, ao problema das subsistencias pelo abandono dos criterios jacobinos herdados dos democraticos e pela adoção de novos sistemas de descentralização com fiscalização, ao problema agrario pela proteção e intensificação integral da produção moldada no modelo classico das *sesmarias* (ao problema social, pela substituição da guerra das classes por um sistema de arbitragem sob a regra de garantias ao salariado o equilibrio entre o salario e o custo da vida, e de lhe exigir correlativamente um rendimento *patriotico* do seu trabalho, punindo e lançando á responsabilidade dos sindicatos, quando fosse o caso disso, todos os actos de *sabotage* periodica ou sistematica com que muitas vezes o proletariado atraiçôa o interesse nacional, ao problema financeiro pelo urgente saneamento e nacionalização do credito, orientação complexa a que não faltaria um imposto sobre lucros da guerra, estabelecido com mais inteligencia, para evitar as justas reclamações, mas tambem com mais energia, para impô-lo com prestigio aos turbulentos barões da Finança, ao problema religioso por uma mais franca tradução governativa dos sentimentos nacionais.

Este governo nacional com sua acção limitada neste programa nacional, implicava uma organisação constitucional nova, com o abandono do parlamentarismo dissolvente, a creação de corpos consultivos em que as classes e municipios se encontrasssem directamente representadas, e, junto do chefe do Estado, um indispensavel conselho legislativo para formular em detalhes tecnicamente habeis aquilo que deve ser o seu alto pensamento nacionalista.

Depois de tão longo arrasoado, julgamos ao menos ter ficado bem definido aquilo que não pode deixar de ser considerado a voz imperativa do momento presente.

Se o patriotismo do que é hoje chefe de Estado lhe dá a larga coragem de heroe nacional e aquela absoluta docilidade ás indicações da Providencia indispensavel aos interpretes do interesse publico, que dê, corajosamente, o passo de salvação. Se não, peçamos com terror a Deus a misericordia dificil de suscitar os homens e os sucessos que a Patria em perigo reclama neste ano de agonia.

**José Adriano Pequito Rebelo**

## .COMENTARIOS

### O Integralismo e a carta de Bernardino

Respondendo ao nosso artigo sôbre a carta de Bernardino, acha «A Montanha» «fracos» os elementos que depõem a nosso favor no glorioso e prospero passado português, porque, se muitos estão mortos completamente, outros não se podem resurgir porque «não se conciliariam com os principios de liberdade, humanidade, sciencia e sensibilidade moral de nossos dias e que mais e mais se hão de salientar e firmar no dia em que a paz esmagar para sempre o poder absoluto e pessoal de todos os tiranos do mundo.»

Quanto á «incompatibilidade», demais sabe o nosso ilustre colega que nós não pretendemos ir restaurar por completo as antigas bases da Patria Portuguêsa. Isso, sim, é que seria impossivel porque, com o tempo, tudo muda, e as instituições não se podem furtar a essa mudança.

O que nós queremos é restaurar Portugal nas suas bases naturais, adaptando ao presente o que do passado se puder adaptar e destruindo até ao possivel todas as perigosas inovações que o delirio revolucionario do seculo que passou nos trouxe.

Quanto á falencia do poder «absoluto» dos tiranos, não sabendo se o colega se quer referir ao Integralismo—que muito «boa» gente ainda supõe pretender o regresso da Inquisição e dos pelourinhos—temos a dizer-lhe, se é que o não sabe já, que no Integralismo nunca pode haver «absolutismo» pela simples razão de que a função do Rei é o «mais limitada» possivel! Poder pessoal? E' facto, mas só dentro da «limitada» esfera da sua função dirigente. Absolutismo verdadeiro ainda só o houve em Portugal na republica. E ainda por cima o peior dos absolutismos!—«o irresponsavel»!...

Julga o colega «perigoso» invocar o passado. Não sabemos onde esteja «o perigo». Se o nosso passado é dos mais gloriosos do mundo, se hoje, perante as calamidades do presente, ainda é ao passado que temos de ir buscar consolação e esperança, como podemos nós «perigar», invocando-o?

E' ao passado dos homens do Integralismo que se quer referir? Mas como, se nenhum deles tem responsabilidades ligadas ao seu nome, se nenhum tem o seu nome ligado a esse «passado» tão «perigoso» para o nosso colega, tão confortante para todos os portugueses!...

* * *

Quanto a Bernardino, diz «A Montanha» não saber se ele realmente assinou «como brazileiro» a mensagem ao imperador do Brazil, mas, que ainda que assim fosse «essa leviandade de rapaz» não podia de forma alguma fazer-lhe perder a nacionalidade de português. Ora, nós não temos nada que saber se foi por «leviandade de rapaz» que o sr. Bernardino assinou como brazileiro, «aos vinte e um anos» a mensagem ao seu imperador. E' claro que perante a lei isso não é facto que destrua a nacionalisação, mas tambem deve concordar que, desde que o sr. Bernardino «se considerava brazileiro já depois de atingida a maioridade», nenhuma razão havia para que toda a gente o considerasse como filho... daquela nossa segunda patria.

Diz mais que o sr Bernardino não «incitou», na sua carta, a Inglaterra a «esquecer-se» de nós, mas que simplesmente «extranhou que ela se não tivesse esquecido»—o que na realidade não difere muito.

Que o sr. Bernardino a estas horas já deve até estar arrependido de o ter feito: Mas, santo Deus, o nosso divertido ex-presidente é o homem dos arrependimentos. Arrepende-se da nacionalidade, arrepende-se dos actos, arrepende-se de tudo, emfim.

Duma cousa estou certo de que «se arrependerá» tambem:—de não ter fuzilado todos os portuguêses, evitando o «8 de Dezembro», para que a sua carruagem á Daumont o pudesse arrastar pela Avenida com o seu sorriso de Fada á meia noite e o seu braço estendido em cumprimento perpetuo...

### ... á vaca fria!

Volve *O Tempo* á carga acusando-nos de deturparmos, complicarmos e transtornarmos o sentido das suas palavras. Ora tal acusação cahe pela base, pois que nas nossas respostas ao nosso ilustre colega temos transcrevido geralmente as suas palavras, ou pelo menos temos citado *antecipadamente as suas opinióes*.

Acusa-nos tambem de não provarmos que na Republica se não podem resolver os problemas nacionaes. Para isso bastaria mostrarmos-lhe a historia de *todas* as republicas. Mas, não lhe bastaram oito anos de regimen republicano para lhe mostrar que a republica nunca fpo e resolver as questões nacionaes, não só porque é o *regimen da incompetencia*, mas tambem porque olha sempre as cousas pelo prisma *partidario* e nunca pelo do *interesse nacional*?...

Realmente, é preciso que a paixão seja muito cega...

E' claro que quando falamos duma republica de *incompetentes* e de *bandidos*, só nos queriamos referir especialmente a republica nova com a primeira designação. Porque se a republica velha merecia bem penitenciaria e degredo, a actual, *por emquanto* já ficaria bem castigada com o Limoeiro. Mesmo porque de contrario era revelar muita precocidade no crime...

Não foi por ironia—morda-nos o dedo, colega!—que afirmámos que só na Monarquia os *politiquetes* cederiam o logar ás *competencias*. E isto por uma simples razão. Numa Republica, o chefe do Estado é sempre um mandatario dos *politiquetes* e tem portanto de ser sempre um simples instrumento dos seus interesses. Mesmo que a sua ascensão ao poder se ja devida a uma revolução, o chefe do Estado é pelo menos mandatario dos *revolucionarios* e tem portanto de lhes obedecer, *queira ou não queira*. E não consta que a massa revolucionaria seja de competentes...

Pelo contrario, numa Monarquia, o chefe do Estado não deve o seu logar nem aos *politicos* nem aos *revolucionarios* pela simples razão de que quando nasce já tem o seu destino marcado, não como *um direito*, mas como *um dever*.

E' esta a razão porque a Monarquia é essencialmente o regimen das *competencias* e a Republica jámais o pode ser...

Finalmente:—não tenha o nosso ilustre colega pressas em saber quando a Mocidade Portuguesa cumprirá o seu dever de libertar a Patria do pesadelo republicano. Mesmo porque a esse regimen que para ahi está bastava para o derrubar... deixar os republicanos sózinhos...

## O manifesto...

Do nosso impagavel Cruz Moreira:

Vocelencias lêram o manifesto dos democraticos?

Lêram?

O «Diario de Noticias» publicou-o!

E' muito interessante!

Vocelencias não calculam o que aquella boa gente «tencionava» fazer!

Que de medidas acertadas, coisas boas, providencias sociaes, comer barato, casas para operarios, medidas de salvação, emfim eles «tencionavam» fazer coisas lindas!

E sabem porque é que não fizeram isso tudo?

Por causa da revolução sidonista de 8 de dezembro de 1917!

Já é azar, coitados!

Governaram sete annos, durante sete annos tiveram isto na mão, isto foi deles, e nesses sete annos fizeram o que todos nós vimos!

Agora depois do 5 de dezembro do ano passado é que «tencionavam» fazer aquilo tudo!

—O que eles *tencionavam* fazer se Deus os fadasse, bem sabemos nós!...

## Respondendo á "Liberdade"

O *orgão do centro catolico* acusa-nos de fugirmos á questão que ela nos propoz,—a apresentação de provas do seu republicanismo... Pois acredite a «Liberdade» que acusa em vão, porque não tem autoridade alguma para acusar.

Nós não fugimos á questão. Pelo contrario, não deixaremos de affirmar sempre que a «Liberdade», atacando os monarquicos e defendendo o *ralliement* dos catolicos á republica nova,—faz evidentemente politica republicana... Não faz a defeza da republica? Mas então o que vem a ser essa campanha contra os monarquicos que vem bipartir um todo homogenio composto de catolicos e monarquicos? Que vem a ser senão politica republicana, senão uma defeza da republica, o sacrificio dos interesses da Egreja ás habilidades oportunistas daquns vultos do centrismo catolico e do centrismo republicano?

Ou dar-se-ha o caso extraordinario de a «Liberdade» apoiar um regimen que detesta e odeia?

Sobre as duvidas que a «Liberdade» tem de que a *Monarquia* não seja a mesma coisa que Constitucionalismo dir-lhe-hemos que centenas de vezes aqui temos documentado a nossa afirmação. D. Pedro IV, ao contrario do que pensa o orgão centrista do Porto, quando desembarcou no Mindelo foi realmente para implantar a republica. Era uma republica monarquica, com corôa em vez de barrete frigio? Era, sim; no final, a melhor das republicas...

Quer a «Liberdade» um exemplo curioso? Compare a monarquia constitucional com a republica sidonista e depois diganos em qual dos dois regimens o chefe do Estado é mais absoluto... Não quererá a «Liberdade» verificar que o que ha de monarquismo na Republica Nova é o que falta no Constitucionalismo? Que os poderes que o Presidente da Republica actualmente tem são os que faltavam aos reis do Constitucionalismo?

### «Para El-Rei»

Com palavras de inteiro assentimento dignou-se o nosso presado colega *Patria* transcrever na integra a local que sob este titulo publicamos no 8.º aniversario da opereta republiqueira.

Agradecemos.

### O novo governo

Está constituido o novo governo. Segundo as nossas informações a corrente *centrista* está nele representada por trez ministros e a *tamagninista* por dois não tendo os outros corrente preferida.

Foi muito notado o facto do sr. Egas Moniz aceitar o cargo de *secretario de estado* dos Extrangeiros, sendo ele um *parlamentarista* extreme. Supõe-se que ele só aceitaria este cargo, sendo-lhe prometida a presidencia dum futuro ministerio que não tardará a substituir o actual.

Desta vez, com o sr. Egas nos Estrangeiros, é que aquela celebre *tripeça* que nós sabemos vae *pintar* o diabo...

## Reforma de instrução secundaria

Estão publicadas as reformas do ensino secundario e superior.

E tão extranhas elas são, que já alguem as classificou: tabelas das subsistencias.

No fundo nada mudou e tudo ha de continuar a correr como até aqui, se não fôr de mal para pior.

Deixando de parte a reforma do ensino superior, o que se fez no medio, é duma pobreza que atinge as raias da miseria.

A base é sempre a mesma: um mixto de ginasios, proto-ginasios e escolas riaes alemãs.

O mesmo fracionamento de disciplinas em doses homoepaticas, a mesma sobre-carga das materias, excelentes para endoidecer a cabeça das gerações futuras e a mesma orientação geral.

O ensino, isto é, o paiz, nada lucrou com a emenda e se o soneto ficasse como estava, talvez ficasse melhor.

Já nem sabemos quantas tombas tem aguentado esse monstro primitivo, gerado por Jaime Moniz dos papiros germanicos. Cada qual tem deitado o seu remendo, mas na essencia, a burundanga conserva-se, como na época que viu a luz do dia.

Em Portugal ha uma doença terrivel, que um notavel escritor e medico diagnosticou de hiperstesia de ar. Essa molestia incuravel faz com que ninguem se intenda, nenhum trabalho se faça em sequencia, toda a obra seja destruida e rapidamente substituida por outra nem melhor nem pior, e que o esforço duns, que conjugado com o esforço doutros seria fecundo, se perca inevitavelmente.

E' o nosso o pais que conta uma maior legislação, e aquele em que menos caso se faz dessa maior legislação. Assim, o respeito pela lei, não existe desde o alto até ao baixo dessa sociedade, e o sentimento de justiça, se existiu em algum tempo, perdeu-se por completo entre nós.

A reforma de 1902 era uma burla e o ferro e o fogo foi mantido algum tempo, calcado por uns, desprezado por outros, o ensino aos solavancos, até que, um ministro da monarquia lhe fez alguns retoques no exterior. Veio o sr. dr. Pedro Martins, ministro da instrução e outras emendas lhe fez, conservando aquela genial concepção: *á pergunta do professor corresponde a resposta do aluno*.

Veio este governo e nova reforma á reforma se fez, para fazer tudo como dantes, isto é, o mesmo fracionamento de disciplinas, as mesmas sobre-cargas de materias, a mesma orientação geral, a mesma falencia de resultados fundamental.

Os rapazes, a mocidade emfim, saida dos nossos liceus nunca excedeu aquelas gerações educadas no antigo regimen tradicional, que deveria ser modificado na sua regulamentação pratica, na orientação pedagogica, na ordem de precedencias, que nunca no seu ponto de vista basico.

O que nós vimos, desde muitos anos, é que estudantes portugueses, preparados por esse antigo tipo de organisação, obtinham nas escolas estrangeiras, da França, da Alemanha e da Belgica, as mais altas distinções. Os factos dessa categoria são muito numerosos e conhecidos, para que nos alongemos em os citar. Vemos tambem que todos os homens que ainda não ha muito ocuparam os mais elevados cargos oficiais, e as situações mais em vista do nosso mundo intelectual, foram educados nessa antiga forma pedagogica, gosando muitos deles um renome belo entre os seus colegas do estrangeiro.

Por outro lado, vemos muitas energias anuladas pelo meio ambiente, e sobretudo fortemente prejudicadas por especialistas estrangeiros.

A falta de especialisação e de ponto de vista pratico, entre nós e na maioria das carreiras, inutilisa muitos homens para a vida essencialmente utilitaria de hoje.

E notamos ainda, nos ultimos anos principalmente, que todos os professores das escolas superiores se queixam da diminuição sensivel de conhecimentos, decapacitada e mental até, nos cursos que os bem frequentado, chegando alguns a afirmar que as gerações de estudantes de ha 10 anos nunca mais tornaram aparecer.

Não podemos conceber como as leis prec dentes duma nação cujo clima é absolutamente oposto ao nosso, cuja raça é essencialmente subjectiva, naturalista, que essas leis se possam aplicar impunemente ao nosso país.

O producto final que ali é bom, será aqui talvez pessimo ou nulo. E para que romper com todas as tradições, para que destruir pela base a lei nossa, quando ela resultava da preversão duma outra lei que, melhorada, poderia dar productos superiores sem duvida aos anteriormente alcançados?

Na generalidade dos casos, a instrução entre nós não é considerada sob o ponto de vista da função social que desempenha ou deve desempenhar, nem pelos legisladores nem pelos professores, que só tratam do meio e que ha de adaptar-se.

As varias reformas teem obedecido quasi

## POLITICA

### I — Uma maxima de pequeno alcance

E' do jornalista Mayer Garção, no seu *fundo* de hoje na «Manhã», a maxima de pequeno alcance que deu motivo a esta «Politica». Querendo por todas as formas justificar a existencia do Parlamento, (recorde aqui ao leitor a definição dada por Fialho a essa engrenagem politico-burocratica) o jornalista republicano escreve com ares dogmaticos: *antes um mau Parlamento do que nenhum Parlamento*. Mas ha mais. Antes dessa maxima genuinamente democratica o anarquista Mayer Garção havia já escrito: *pior do que não haver Parlamento não ha nada*. De forma que temos o direito do jornal democratico empenhado em fazer a reabilitação do Parlamentarismo, e, consequentemente, dos politicos profissionaes.

Faz mal? Não. Faz até muito bem. Entretem os leitores, *ao mesmo tempo que alimenta as suas* ilusões democraticas, tomando a serio a defeza duma coisa que, para ser verdadeiramente encarada a sério, necessita ser—encarada a rir.

### II—Para que serve um Parlamento?

Estriba o jornalista Mayer Garção a sua maxima no facto de quasi todas as leis vigentes terem sido feitas pelo Parlamento, e no facto da pouca duração das leis dictatoriais.

Ora, se o lirico jornalista da «Manhã» tem tão bem estribada toda a sua doutrina como tem a sua maxima politica da eficacia dos Parlamentos, está, creia, positivamente livre de que alguem intente derruba-las,—porque elas crirão de per si mesmo. Num regimen parlamentarista evidentemente que as dictaduras são sempre excepções.

Por consequencia que admira que esteja em vigor quasi exclusivamente a legislação parlamentar e posta de patte a legislação dictatorial?

A dictadura é uma excepção—excepcional é tambem a sua legislação. A regra geral é o parlamentarismo,—consequentemente as leis que nos governam são as parlamentaristas...

... O que, diga-se em louvor á verdade, tem dado o extraordinario resultado de vivermos num perfeito caos legislativo...

Mas não fica por aqui o lirico Mayer Garção nas suas locubrações politicas. Ha ainda o exemplo da estabilidade ministerial a reforçar-lhe a tése. Leia-se a «Manhã»:

«E que diremos da estabilidade ministerial? O exemplo da actualidade é flagrante. Desde 5 de Dezembro de 1917 até hoje vão decorridos mais de dez meses. O Parlamento quasi que não reuniu. E que temos nós visto? Temos visto que mais de mil decretos se publicaram antes do Parlamento reunir. E que melhoria se tem observado? Depois do Parlamento encerrado, decretos sobre assuntos importantes se teem promulgado. Em nada prejudicou a ausencia do Parlamento as congeminações governativas. Pois bem! O proprio governo tem reconhecido a necessidade de suspender esses decretos. E não foi no Parlamento que caiu qualquer ministro. Tem sido fora do Parlamento e nas epocas em que não ha Parlamento.»

Muito bem! Mesmo sem Parlamento o governo tem sido fertil em legislação, constantemente aumentada, revogada, substituida, etc. Mas que prova isso?—Simplesmente isto: que o sidonismo, preso ainda ás suas abstrações doutrinarias, procura, para ministros, politicos, quasi todos inexperientes, em vez de procurar competencias. Por outro lado, se ás vezes se quer libertar dos principios e procura rodear-se de competencias, a sua obra resulta inutil, porquanto é impossivel estabelecer no regimen da incompetencia (qualquer regimen democratico) um regimen de competencias. Os «politicos de carreira», os que começaram na arena da imprensa nas salas das conferencias, nos tablados dos comicios, como escreve o jornalista Mayer Garção,—esses politicos nunca podem tolerar a supremacia das competencias. A competencia é a «eleição, é a escolha, — e os politicos são clientelas hibridas, com gente de todas as côres e feitios, que, no final, se transformam numa massa, num todo homogenio que ha-de passar á posteridade assim etiquetado:—**Incompetencia!**

### III — ... para nada!

Escreve Mayer Garção: *o Parlamento é sobretudo a escola onde as vocações politicas se verificam e estabelecem.* E conclue: *por isso mesmo o Parlamento é necessario.*

Não ha duvida que, perante tal permissa, a conclusão é certa. Se se considera o Parlamento como a escola onde as vocações politicas se verificam e estabelecem,—evidentemente que o Parlamento não pode deixar de ser necessario a um regimen de politicos.

Mas para assim estabelecer permissas e tirar conclusões é necessario partir do principio que Nações são tanto mais felizes quanto mais *vocações politicas* tem.

Ora esse principio é errado. Sete seculos de Historia temos nós sem Parlamento, e no entanto nós fomos felizes. O parasitarismo politico em Portugal começou precisamente na ocasião em que os principios revolucionarios começaram a atirar-nos vertiginosamente para o abysmo,—e continuará emquanto a um regimen de parlamentarismo amorfo e incompetente nós não substituirmos um regimen de competencias e valores.

Pode o jornalista Mayer Garção fazer a apologia do parlamentarismo que ninguem acredita nas suas cantatas. Os homens de governo não se fazem no Parlamento. Quem se faz no Parlamento são os homens das eleições, os filhos e mandatarios da Soberania Nacional com com maiusculas. E o facto de ser o sr. Egas Moniz de todos os ministros do novo ministerio o mais conhecido, dada a sua pratica parlamentar, não quer dizer que ele seja apto para desempenhar o logar que lhe concederam na pasta dos Estrangeiros,—que, ao que me parece, não tem correlação alguma com «A Vida Sexual».

**Augusto da Costa.**